

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.760.428 - ES (2018/0207893-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE** : LUCAS BRAGA RODRIGUES  
**ADVOGADOS** : MARIA DA CONCEIÇÃO SARLO BORTOLINI CHAMOUN -  
ES004770  
ESDRAS ELIOENAI PEDRO PIRES E OUTRO(S) - ES014613  
**RECORRIDO** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**EMENTA**

**PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. CUMULAÇÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE COM APOSENTADORIA. ART. 86, §§ 2º E 3º, DA LEI 8.213/1991, COM A REDAÇÃO DADA PELA MP N. 1.596-14/1997, CONVERTIDA NA LEI N. 9.528/1997. LESÃO INCAPACITANTE E APOSENTADORIA DEVEM SER OBSERVADAS ANTES DA PUBLICAÇÃO DA MP N. 1.596-14/1997 (11.11.1997). ENTENDIMENTO ASSENTADO NO RESP N. 1.296.673/MG, SUBMETIDO AO RITO DO ART. 543-C DO CPC/1973. OFENSA À COISA JULGADA. NÃO CONFIGURAÇÃO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a” e “c”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo, assim ementado (fl. 109):

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO EM REMESSA NECESSÁRIA. AUXÍLIO -ACIDENTE. CUMULAÇÃO COM APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. CONCESSÃO DA APOSENTADORIA APÓS O ADVENTO DA LEI Nº 9.528/97. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO.

1) A mais hodierna jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça cristalizou o entendimento de que a possibilidade de acumulação do auxílio -acidente com proventos de aposentadoria requer que a lesão incapacitante e a concessão da aposentadoria sejam anteriores às alterações promovidas pela Lei n. 9.528/97.

2) Recurso improvido.

Embargos de declaração rejeitados.

Preliminarmente, o recorrente alega violação aos artigos 458 e 535 do CPC/1973, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito da aplicação dos institutos da coisa julgada, do ato jurídico perfeito e do direito adquirido ao caso vertente, haja vista que o auxílio-acidente vitalício lhe fora concedido por decisão judicial transitada em julgado.

Quanto às questões de fundo, sustenta ofensa aos artigos 467, 468, 471 e 474 do CPC/1973, 86, §1º e §3º, da Lei 8.213/91 e dissídio jurisprudencial, sob os seguintes argumentos: (a) o acórdão recorrido, ao consignar o entendimento de que a cumulação do auxílio-acidente com a aposentadoria só é possível caso ambos os benefícios tenham fato

gerador anterior à vigência da medida provisória nº 1.596/1997, posteriormente convertida na Lei nº 9.528/1997, pouco importando se o auxílio-acidente foi concedido sob a égide do ordenamento anterior e de forma vitalícia, viola a coisa julgada; e (b) "deve ser respeitada a lei vigente ao tempo em que concedido o benefício acidentário, porquanto, é sobre ele que paira a natureza vitalícia ou não, e, por conseguinte, a possibilidade de acumulação com aposentadoria" (fl. 155).

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 193-195.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registra-se que "[a]os recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016).

Sob esse enfoque, afasta-se a alegada violação dos artigos 458 e 535 do CPC/1973, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

Ressalta-se que, a aplicação do direito ao caso, ainda que através de solução jurídica diversa da pretendida por um dos litigantes, não induz negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

No mais, a insurgência também não merece obter êxito.

Com efeito, colhe-se do acórdão recorrido a seguinte fundamentação (fls. 113-118):

[...]

Segundo fixado na decisão agravada, "a mais hodierna jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça cristalizou o entendimento de que a possibilidade de acumulação do auxílio -acidente com proventos de aposentadoria requer que a lesão incapacitante e a concessão da aposentadoria sejam anteriores às alterações promovidas pela Lei n. 9.28/97".

Como se vê, não basta que a lesão incapacitante tenha ocorrido antes da referida norma federal, como argumenta o agravante, também a concessão da aposentadoria deve ter se dado antes de sua entrada em vigor, consoante recentes arestos produzidos pelo STJ:

[...]

Com efeito, embora a lesão incapacitante date de 29/ 8/1996, considerando que a concessão da aposentadoria por tempo de serviço do recorrente ocorreu em 21/02/2011, não há como admitir a cumulação dos institutos previdenciários em apreço.

[...]

Ao que se tem, verifica-se que o entendimento do Tribunal *a quo* está em consonância com a jurisprudência do STJ firmada no sentido da possibilidade de cumulação de auxílio-acidente com proventos de aposentadoria, desde que tanto a lesão incapacitante quanto a concessão da aposentadoria sejam anteriores às alterações promovidas pela Lei 9.528/1997, ainda que o auxílio-acidente tenha sido concedido por meio de decisão judicial transitada em julgado.

Nesse sentido, observa-se (grifos nossos):

**PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM**

RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DO TRABALHO. AUXÍLIO-SUPLEMENTAR. CUMULAÇÃO COM APOSENTADORIA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

(...)

2. Conforme asseverado na decisão ora agravada, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça se firmou no sentido de que o auxílio-suplementar, previsto na Lei 6.367/76, foi incorporado pelo auxílio-acidente, após o advento da Lei 8.213/91. **Tendo a aposentadoria sobrevivendo em data anterior à Lei 9.528/97**, que vedou a possibilidade de cumulação dos benefícios, a regra proibitiva não a alcança, em respeito ao princípio do *tempus regit actum*.

3. Muito embora o Tribunal *a quo* não tenha reconhecido o direito pleiteado, a jurisprudência do STJ é assente no sentido da possibilidade de cumulação de auxílio-suplementar, previsto na Lei nº 6.367/1976, com a aposentadoria por tempo de contribuição, **desde que a lesão incapacitante seja anterior à Lei n. 9.528/1997, como no caso.**

4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 116.980/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 08/05/2012).

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AUXÍLIO SUPLEMENTAR (LEI N.º 6.367/76). CUMULAÇÃO COM APOSENTADORIA CONCEDIDA APÓS AS ALTERAÇÕES DA LEI N.º 8.213/91 PROMOVIDAS PELA LEI N.º 9.528/97. IMPOSSIBILIDADE.

1. **É possível a cumulação do auxílio-suplementar, em razão de acidente ocorrido sob a égide da Lei n.º 6.367/76 com a aposentadoria por tempo de serviço, desde que esta sobrevenha na vigência da Lei n.º 8.213/91, antes das alterações promovidas pela Lei n.º 9.528/97, o que não ocorre no caso em tela.**

2. Na ausência de fundamento relevante que infirme as razões consideradas no julgado agravado, deve ser mantida a decisão hostilizada por seus próprios fundamentos.

3. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1109218/MG, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 25/05/2009).

Cabe ressaltar que a controvérsia foi submetida ao rito do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 8/2008, da seguinte forma:

RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. CUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS. AUXÍLIO-ACIDENTE E APOSENTADORIA. ART. 86, §§ 2º E 3º, DA LEI 8.213/1991, COM A REDAÇÃO DADA PELA MEDIDA PROVISÓRIA 1.596-14/1997, POSTERIORMENTE CONVERTIDA NA LEI 9.528/1997. CRITÉRIO PARA RECEBIMENTO CONJUNTO. LESÃO INCAPACITANTE E APOSENTADORIA ANTERIORES À PUBLICAÇÃO DA CITADA MP (11.11.1997). DOENÇA PROFISSIONAL OU DO TRABALHO. DEFINIÇÃO DO MOMENTO DA LESÃO INCAPACITANTE. ART. 23 DA LEI 8.213/1991. CASO CONCRETO. INCAPACIDADE POSTERIOR AO MARCO LEGAL. CONCESSÃO DO AUXÍLIO-ACIDENTE. INVIABILIDADE.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela autarquia previdenciária

com intuito de indeferir a concessão do benefício de auxílio-acidente, pois a manifestação da lesão incapacitante ocorreu depois da alteração imposta pela Lei 9.528/1997 ao art. 86 da Lei de Benefícios, que vedou o recebimento conjunto do mencionado benefício com aposentadoria.

2. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.

3. ***A acumulação do auxílio-acidente com proventos de aposentadoria pressupõe que a eclosão da lesão incapacitante, ensejadora do direito ao auxílio-acidente, e o início da aposentadoria sejam anteriores à alteração do art. 86, §§ 2º e 3º, da Lei 8.213/1991*** ("§ 2º O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria; § 3º O recebimento de salário ou concessão de outro benefício, exceto de aposentadoria, observado o disposto no § 5º, não prejudicará a continuidade do recebimento do auxílio-acidente."), ***promovida em 11.11.1997 pela Medida Provisória 1.596-14/1997, que posteriormente foi convertida na Lei 9.528/1997.*** (...)

4. Para fins de fixação do momento em que ocorre a lesão incapacitante em casos de doença profissional ou do trabalho, deve ser observada a definição do art. 23 da Lei 8.213/1991, segundo a qual "considera-se como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho, a data do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual, ou o dia da segregação compulsória, ou o dia em que for realizado o diagnóstico, valendo para este efeito o que ocorrer primeiro". Nesse sentido: REsp 537.105/SP, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 17/5/2004, p. 299; AgRg no REsp 1.076.520/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 9/12/2008; AgRg no Resp 686.483/SP, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 6/2/2006; (AR 3.535/SP, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, Terceira Seção, DJe 26/8/2008).

5. No caso concreto, a lesão incapacitante eclodiu após o marco legal fixado (11.11.1997), conforme assentado no acórdão recorrido (fl. 339/STJ), não sendo possível a concessão do auxílio-acidente por ser inacumulável com a aposentadoria concedida e mantida desde 1994.

6. Recurso Especial provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ. (REsp 1296673/MG, Rel. Min. Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 03/09/2012).

Esse julgamento fundamentou a edição da Súmula 507/STJ, segundo a qual:

"A acumulação de auxílio-acidente com aposentadoria pressupõe que a lesão incapacitante e a aposentadoria sejam anteriores a 11/11/1997, observado o critério do art. 23 da Lei n. 8.213/1991 para definição do momento da lesão nos casos de doença profissional ou do trabalho".

Na hipótese dos autos, verifica-se que, embora a concessão do auxílio-acidente tenha tido fato gerador anterior à inovação legislativa e tenha sido obtida por sentença transitada em julgado, a aposentadoria por tempo de serviço somente foi concedida em 21.02.2011, o que afasta a possibilidade de cumulação, por expressa vedação legal, não havendo que se falar em ofensa à coisa julgada.

Diante do exposto, **nego provimento ao recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator

